

LINGUASAGEM

A CONSTRUÇÃO DE CERTEZAS SOBRE A LÍNGUA NACIONAL EM UM DICIONÁRIO BRASILEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX

Amanda ALVES¹

Resumo

Trabalhos desenvolvidos no programa História das Ideias Linguísticas no Brasil mostram que, desde a década de 1990, gramáticas e dicionários são observatórios da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história, bem como mostram que a reflexão sobre a língua portuguesa no Brasil no século XIX é marcada pela reivindicação de uma língua, escrita e literatura próprias em relação a Portugal. Assim, tomo como objeto de análise o verbete ‘batuque’ no *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (MACEDO SOARES, 1888), a fim de elucidar os mecanismos linguísticos e enunciativos mobilizados na argumentação das certezas sobre a língua escrita e falada no Brasil, no intuito de compreender os processos discursivos de significação da presença das línguas e dos sujeitos de origem africana na constituição do português do Brasil e da identidade nacional, em um dicionário auto-intitulado ‘brasileiro’.

Palavras-chave: Identidade nacional; Palavras Africanas; Língua Portuguesa; Lexicografia brasileira; Batuque.

Abstract

Works developed in the History of Linguistic Ideas in Brazil show that, since the 1990s, grammars and dictionaries have been observatories of the constitution of subjects, society and history, as well as showing that the reflection on the Portuguese language in Brazil in the 19th century it is marked by the demand for its own language, writing and literature in relation to Portugal. Thus, I take as an object of analysis the entry 'batuque' in the *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (MACEDO SOARES, 1888), in order to elucidate the linguistic and enunciative mechanisms mobilized in the argumentation of the certainties about the written and spoken language in Brazil, in order to understand the discursive processes of signifying the presence of languages and subjects of African origin in the constitution of Brazilian Portuguese and national identity, in a self-titled 'Brazilian' dictionary.

Palavras-chave em língua estrangeira: National identity; African words; Portuguese language; Brazilian lexicography; *Batuque*.

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX, os trabalhos sobre o Português produzidos no Brasil tinham como objetivo demonstrar as diferenças entre a língua

¹ Mestranda em Linguística. UNICAMP. amanda_alv@yahoo.com.br.

falada e escrita em relação ao Português de Portugal. No período, tem-se uma intensa produção de gramáticas e dicionários, com destaque para o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* de Antonio Joaquim de Macedo Soares (1888). Em seu prólogo, o lexicógrafo afirma que tem por objetivo enfatizar “como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”.

Em gramáticas produzidas no Brasil a partir de 1880, estudos sobre o léxico mostram que “o Português incluía palavras de origem africana e indígena bem como palavras do Português que no Brasil significavam diferentemente que em Portugal” (GUIMARÃES, 1996b, p. 127). Nesse sentido, Elias de Oliveira (2002, p. 83) destaca que no século XIX “a categoria dos brasileirismos² se sobressai como um lugar de especificidade linguística brasileira”.

Desde a década de 1990, as pesquisas em dicionários desenvolvidas no Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil, mostram a importância desses instrumentos como observatórios da constituição dos sujeitos, dos sentidos e da sociedade. Auroux (1992, p. 65) considera a gramática e o dicionário como “os pilares de nosso saber metalinguístico”, bem como Guimarães e Orlandi (1996, p. 14), os quais afirmam que “a língua e os instrumentos linguísticos são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado”.

Para Horta Nunes (2006), as gramáticas e os dicionários são lugares de descrição das línguas e têm papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade em diferentes conjunturas históricas, fazendo com que o dizer ganhe sentido na confluência entre a memória e a atualidade. Do mesmo modo, Elias de Oliveira (2006) considera os dicionários de língua nacional como observatórios particulares da história social de um país, ao poder contar algo da palavra e mostrar os modos de dizer da sociedade na qual ela funciona.

Partindo, assim, da reflexão sobre a certeza na construção dos sentidos na linguagem (WITTGENSTEIN, 1969), bem como das discussões realizadas no grupo de pesquisa Linguagem, Enunciação, Discurso (LED), proponho-me a analisar os mecanismos linguísticos e enunciativos mobilizados na argumentação das certezas sobre a língua e os sujeitos do Brasil, em um dicionário auto-denominado “brasileiro”. Ao tomar como objeto de análise as definições do verbete “batuque”, palavra originada em língua africana, buscarei compreender os fatores enunciados como próprios da

² Palavra, locução, expressão idiomática ou modismo típicos da língua portuguesa do Brasil. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/Brasileirismo>.

constituição de uma identidade brasileira, levando em conta a heterogeneidade linguística e cultural brasileira que, de acordo com Mariani (2004):

(...) será parte integrante do que no século XIX vai ser chamado de língua brasileira. Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente (MARIANI, 2004, p. 22).

Desse modo, se por um lado existia grande heterogeneidade linguística no Brasil do século XIX, por outro o Estado foi responsável por uma ação homogeneizadora, desde o século XVIII, a princípio pela obrigatoriedade do ensino de português nas escolas, pelo Governo Português, e depois pela expulsão dos jesuítas por um ato de Marquês de Pombal, oficializando o ensino do português no Brasil. Com isso, entende-se que a constituição da língua portuguesa no Brasil, como língua única e nacional, efetivou-se pela via do ensino, materializado pela instituição Escola, um dos aparelhos ideológicos do Estado que Althusser (1970) já apontava como responsáveis pela realização das práticas que (re)produzem discursos dominantes. Consoante a isso, segundo Guimarães (1996b):

As nossas escolas chegam a ensinar, ou ensinavam até bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua. Ou seja, não era só que a lei estabelecesse o português como língua nacional, e num certo momento estabelecesse uma nomenclatura oficial brasileira. Mais que isso, o ensino apagava todas as demais línguas faladas no Brasil: todas as línguas indígenas (quase duzentas) e as línguas dos imigrantes (GUIMARÃES, 1996b, p. 137).

Interessa, pois, compreender esse apagamento na relação com a constituição de uma identidade brasileira diferente da portuguesa, na medida em que parece haver uma contradição que faz aparecer as línguas indígenas e africanas como algo que nos diferencia de Portugal, mas que também as faz desaparecer da identidade da língua nacional e do sujeito brasileiro. Evidencia-se assim um litígio político de sentidos que divide a presença indígena e africana no Brasil, como o que diferencia o sujeito brasileiro e a língua portuguesa do Brasil, do sujeito e da língua portuguesa de Portugal, mas como aquilo que, contraditoriamente, é significado como *o outro* em relação ao brasileiro. Que complexa identidade brasileira é esta, então?

Referencial teórico-metodológico

A respeito da construção da argumentação sobre a língua do Brasil, pretendo realizar uma reflexão a partir de um diálogo entre a História das Ideias Linguísticas, cujos estudos desenvolvidos no Brasil “concebem os movimentos de produção e circulação de um saber metalinguístico como indissociáveis da história da construção da língua nacional brasileira – e, nesse sentido, da própria constituição do Estado e das identidades nacionais” (DINIZ, 2013, p. 47), a Análise de Discurso, considerando o “discurso como efeito de sentidos³” (ORLANDI, 1998, p. 74) e a Semântica do Acontecimento que, de acordo com Guimarães (2002, p. 7), “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”.

Assim, a partir “de uma posição materialista⁴ centrada no sentido e na enunciação”, essa análise será realizada compreendendo-se a enunciação “como um acontecimento político” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 60), no sentido em que Guimarães (2002, p. 15) considera o político como “próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem”. Segundo o autor, o político:

É a contradição que instala este conflito no centro do dizer. Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

A partir dessa concepção de político, para Guimarães (2002, p. 23) é primordial tratar da assunção da palavra, que se dá em cenas enunciativas caracterizadas “por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Assumir a palavra é, por sua vez, colocar-se no lugar do Locutor (L), ou seja, no lugar que enuncia e “que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer”. Além disso, “para estar no lugar de L é necessário estar afetado

³ “Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 21).

⁴ Orlandi (2007, p. 21) define a materialidade linguística como “o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos”.

pelos lugares sociais autorizados a falar”, os lugares sociais de dizer (enunciadores) de locutor-x (GUIMARÃES, 2002, p. 24), que podem ser: individual, genérico, universal e coletivo.

As certezas na divisão entre nós (brasileiros) e os outros (africanos)

BATUQUE. Dicionário brasileiro da língua portuguesa, 1888, p. 53-54.

Batuque *sm.*, 1º dança com sapateados e palmas, ao som de cantigas acompanhadas só de tambor quando é de negros, ou também de viola e pandeiro quando entra gente mais asseada. “Acolá... rasgado cateretê. Ao longe, ouvem-se sons surdos de tambores acompanhando umas cantigas monótonas, porém cheias de suave tristeza. É o batuque dos negros das fazendas circunvizinhas”. Fr. Jr. Folh. 159, 160. || 2º fig., qualquer barulho produzido por pancadas frequentes e fortes, sapateados, arrastar de pés etc. || ETIM. Aceitamos a procedência africana que dá o cardeal Saraiva quando define: “*batuque* dança ou baile de que usam as duas nações conguesa e bunda, e a que ambas dão o mesmo nome”. Cf. Aul. “Recebendo-nos com a maior amabilidade, não faltando *batuques* (danças), caçadas e excursões... Os *batuques* prolongaram-se ao som dos bumbos, pifanos e palmas, repetidas pela multidão entusiasmada, que a esta medonha cena acrescentava transporte de alegria, gritos e urros”. Cap.-Iv., 56, 210. Alfr. de Sarmiento dá o nome de *batuque* não somente à dança, mas também ao tambor a cujo som se executa (*vj. puita*). Merece aqui transcrita a perfeita descrição que ele faz de uma dança tão original, que os negros da África ainda reproduzem no Brasil com toda a cor local: “Forma-se um círculo composto dos dançadores e dos espectadores, fazendo parte dele também os músicos com os seus instrumentos. Formado o círculo, saltam para o meio dele dois ou três pares, homens e mulheres, e começa a diversão. A dança consiste num bambolear sereno do corpo, acompanhado de um pequeno movimento dos pés, da cabeça e dos braços. Estes movimentos aceleram-se, conforme a música se torna mais viva e arrebatada, e, em breve, se admira um prodigioso saracotear de quadris, que chega a parecer impossível poder-se executar sem que fiquem deslocados os que a ele se entregam. Aquele que maior rapidez emprega nesses movimentos é freneticamente aplaudido e reputado como o primeiro dançador de batuque. Quando os primeiros pares se acham extenuados, vão ocupar os respectivos lugares no círculo formado e são substituídos por outros pares que executam os mesmos passos... Os cantares que acompanham estas danças lascivas são sempre imorais, e até mesmo obscenos, histórias de amores descritas com a mais repelente e impudica nudez”. Esse é o batuque do Congo e dos sertões ao norte de Ambriz. Em Loanda e outros presídios e distritos, “o *batuque* consiste também num círculo formado pelos dançadores, indo para o meio um preto ou uma preta, que, depois de executar vários passos, vai dar uma embigada, a que chamam semba, na pessoa que escolhe, a qual vai para o meio do círculo substituindo-o. Esta dança, que se assemelha muito ao nosso *fado*, é a diversão predileta dos habitantes do sertão africano onde a influência dos europeus tem modificado de algum modo a repugnante imoralidade. Os cantares são menos obscenos, e não raro é ver tomar parte num batuque, por ocasião de festa, alguns indígenas de classe mais elevada”. O mesmo se dá entre nós: o batuque do Congo é mais próprio dos negros africanos; o outro, já mais civilizado, é dos crioulos, dos mulatos e até dos brancos. Esses exs. provam que a pal. nos veio da África; mas, não teria sido importada lá pelos portugueses, e naturalizada, e espalhada por todos os recantos que esses ousados viajantes têm percorrido? Há muitas outras palavras neste caso, e entre elas algumas evidentemente tupis. E não teria passado para a dança o nome do tambor, que a caracteriza? E o voc. *batuque* aplicado ao tambor não está denunciando origem port. do v. *bater*, na forma interativa *batucar*? De todas as línguas africanas que conhecemos (de vista apenas, ou antes, de ouvir dizer), já da costa oriental, já da meridional ou da região dos lagos, em nenhuma se acha o t. *batuque*, quer aplicado a dança, quer a tambor. Em todas, *dança*, *tambor*, *bater*, são palavras que não tem uma letra de *batuque*. Em conclusão, o t. veio da África, mas a etim. parece port. Vj. *batucar*. || GEOGR. geral no Brasil. No R. Jan., aplica-se a toda a dança desde que é executada ao som do tambor como único ou principal instrumento. || SIN. *bangulê*, *bendenguê*, *candombe*, *candomblé*, *cateretê*, *jongo*, *samba* etc.

‘Batuque’ é uma palavra ligada ao português pela presença da escravidão no Brasil, possui origem africana e Macedo Soares, ao fazer uso, em sua enunciação, do

termo “aceitamos”, assume o lugar social de dizer coletivo, associando seu dizer a um grupo (nós, os lexicógrafos), e afirma aceitar essa etimologia: “ETIM. Aceitamos a procedência africana que dá o cardeal Saraiva quando define: “*batuque* dança ou baile de que usam as duas nações conguesa e bunda, e a que ambas dão o mesmo nome”. Entretanto, tal aceitação parece estar mais relacionada ao fato de a etimologia ser atribuída pelo cardeal Saraiva, religioso português, portanto digno de credibilidade em seu lugar de dizer, do que com a verificação da informação. Nesse sentido, apresenta-se uma certeza justificada pelo sujeito da enunciação e não pelo enunciado.

Apesar de o lexicógrafo afirmar que aceita tal procedência, ao longo do verbete será observada uma dissociação entre a origem da prática e a etimologia do vocábulo, sendo-lhe atribuída uma *origem africana* mas uma *etimologia portuguesa*. Ao finalizar o verbete, Macedo Soares retoma a etimologia africana: “Em conclusão, o t. veio da África, mas a etim. parece port.”, no entanto, novamente se observa a resistência em aceitar o elemento africano na constituição da língua nacional, representando o “batuque” como um vocábulo já modificado e adaptado ao português. No recorte, o autor produz uma incerteza sobre a relação da palavra no português brasileiro com as línguas africanas, por meio do verbo *parecer*, trazendo a hipótese da intermediação dos sujeitos lusitanos para sua entrada na língua brasileira, ou seja, ‘batuque’ se tornaria palavra do português brasileiro somente após uma adaptação lusitana da origem: tem-se então um dos modos como o verbete significa essa palavra de origem africana em relação à língua portuguesa e a seus falantes.

Além disso, a argumentação dessa certeza se apresenta sustentada por perguntas: “Esses exs. provam que a pal. nos veio da África; mas, não teria sido importada lá pelos portugueses, e naturalizada, e espalhada por todos os recantos que esses ousados viajantes têm percorrido? Há muitas outras palavras neste caso, e entre elas algumas evidentemente tupis. E não teria passado para a dança o nome do tambor, que a caracteriza? E o voc. *batuque* aplicado ao tambor não está denunciando origem port. do v. *bater*, na forma interativa *batucar*?” e uma hipótese do que “parece” ser, ou seja, não se observam afirmações sobre o que, de fato, se sabe a respeito dessa etimologia. O lexicógrafo admite, ainda, que seu conhecimento de línguas africanas é “de vista apenas, ou antes, de ouvir dizer”, confirmando, assim, sua falta de propriedade e de investigação para afirmar certezas sobre a origem da palavra.

É nesse sentido que Orlandi (2008, p. 54) afirma que “o europeu nos constrói como seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro

‘excluído’, sem semelhança interna”. Na medida em que se repete que o batuque é dança africana, e que se deprecia essa dança, os povos que a praticam passam a não fazer parte dessa identidade nacional que se aproxima do que é europeu e afasta o que é africano. Assim, o que é efetivamente constitutivo de nossa história e conseqüentemente de nossa identidade é diluído no elemento europeu, sempre de maneira inferiorizada, surgindo assim o imaginário de uma identidade que restringe e modifica o lugar efetivo do elemento africano (assim como do elemento indígena), significada em ideias linguísticas sobre a língua nacional.

Em sua primeira definição, o verbete apresenta: “dança com sapateados e palmas, ao som de cantigas acompanhadas só de tambor quando é de negros, ou também de viola e pandeiro quando entra gente mais asseada”. Este enunciado definidor apresenta uma divisão de sentidos da palavra “batuque”, da dança a que ela refere, e dos sujeitos que dançam; a dança ganha em qualidade musical quando dela participa *gente mais asseada*, ou seja, esses outros sujeitos são significados como mais limpos do que os negros. Essa divisão desigual do real inscreve o conflito político-enunciativo entre brasileiros (nós) e africanos (os outros), e significa o racismo e a divisão social presentes em nossa sociedade, que encerrava, no ano da publicação do dicionário, mais de três séculos de escravidão negra.

Um dos modos de significar o batuque pode ser observado nos enunciados: “dança ou baile de que usam as duas nações conguesa e bunda” e “Esse é o batuque do Congo e dos sertões ao norte de Ambriz. Em Loanda e outros presídios e distritos”, em que a dança é situada exclusivamente em lugares da África: o Congo e a região ao norte de Ambriz, província do Bengo em Angola, bem como Luanda, capital do mesmo país, sem que se faça qualquer menção à realização da dança no Brasil. Em outro recorte do verbete, observa-se uma direção argumentativa diferente, pois aparece o espaço do Brasil: “Merece aqui transcrita a perfeita descrição que ele [Alfredo de Sarmiento] faz de uma dança tão original, *que os negros da África ainda reproduzem no Brasil com toda a cor local*”, no entanto, as pessoas que dançam são os “negros da África” e, logo, não brasileiros.

No enunciado anterior, o lexicógrafo reassume o lugar social de dizer coletivo, aqui representado pelos brasileiros, em contraposição a outro grupo, os negros da África. Além de marcar mais uma vez a divisão dos sujeitos, o uso do operador argumentativo “ainda” produz o efeito de sentido de uma atividade que está ultrapassada, e que por até o momento é reproduzida no país, indica a não evolução da

cultura dos povos africanos, já que estes “ainda reproduzem” esta dança no Brasil. A enunciação parece indicar que os povos saíram da África e chegaram em um continente mais evoluído, mas continuam reproduzindo sua dança ancestral e anacrônica. A *imoralidade* e *obscenidade* atribuídas aos negros no batuque, como veremos a seguir, reforçam essa direção.

O distanciamento entre negros e brasileiros e a inferioridade dos africanos também significa no recorte: “Esta dança, que se assemelha muito ao nosso fado, é a *diversão predileta dos habitantes do sertão africano onde a influência dos europeus tem modificado de algum modo a repugnante imoralidade. Os cantares são menos obscenos*, e não raro é ver tomar parte num batuque, por ocasião de festa, alguns indígenas de classe mais elevada”. No trecho, Macedo Soares reproduz a descrição de Alfredo de Sarmiento, estudioso português, a qual ele caracteriza como “perfeita”. Ao comparar o batuque com o fado, gênero musical português, caracterizando o primeiro como imoral e obsceno, Sarmiento reforça o discurso do colonizador, presente nos relatos dos missionários e viajantes, os quais, de acordo com Horta Nunes (1996), tinham como referência os valores morais presentes na Bíblia e nos livros religiosos.

O colonizador utilizava esses costumes considerados pouco cristãos para justificar as ações colonizadoras e, portanto, civilizadoras, já que, conforme observado no recorte, segundo Sarmiento, nos lugares onde houve o contato europeu com a dança, as características inferiores dos negros foram cedendo lugar a uma prática mais civilizada, ou seja, onde o europeu chegou, a dança evoluiu. Nesse sentido, “o discurso de nossa história (nossa origem) é o discurso missionário que, por sua vez, regido pelo religioso, produz entretanto uma etnografia, elidindo a história” (ORLANDI, 2008, p. 56). Cabe ressaltar que enunciados como “a influência dos europeus tem modificado de algum modo a repugnante imoralidade”, além de inferiorizar os sujeitos negros, qualificados pela “repugnante imoralidade”, apagam todo um processo histórico de violenta dominação e imposição de cultura e modos sociais.

O verbete traz ainda outros elementos que inferiorizam o sujeito negro e o significam como outro em relação à identidade brasileira: “O mesmo se dá entre nós: o batuque do Congo é mais próprio dos negros africanos; o outro, já mais civilizado, é dos crioulos, dos mulatos e até dos brancos”. Neste recorte, mesmo que o batuque ainda não seja claramente significado como algo próprio do Brasil, aparecem elementos novos que dão origem a duas danças bastante distintas: a dos negros africanos e a dos negros

mestiços (crioulos e mulatos) e dos brancos. A esses sujeitos que não são os negros africanos, por sua vez, é atribuída uma identidade, que pode ser considerada brasileira.

Se nos atentarmos aos modos como Macedo Soares (1888) define o crioulo⁵, destacaremos as seguintes definições: “escravo negro nascido no Brasil: filho de pai e mãe negros”, “negro livre nascido no Brasil” e também “europeu de origem, nascido na América”. Por sua vez, o mulato⁶ é definido como “mestiço de branco e negro”. As definições mostram que, na medida em que as identidades dos sujeitos se afastam da África, sejam eles negros ou brancos nascidos no Brasil, ou filhos de pai ou mãe brancos, nota-se que essa influência do elemento europeu gera um efeito de sentido que qualifica os sujeitos como mais civilizados, mesmo os negros. Por essa ótica, mais uma vez observa-se claramente a divisão nós/os outros: o batuque do Congo é menos evoluído, pois é realizado por africanos. Em contrapartida, por ter a participação de sujeitos que em alguma medida foram influenciados pelo contato com o branco europeu, e “até” das próprias pessoas brancas, o nosso batuque é significado como mais evoluído.

Outro aspecto que merece destaque é o modo como os negros e sua dança são comumente caracterizados sempre em relação a algo que, mesmo não dito de maneira explícita, atribui-lhes sentido: quando comparados com a gente mais asseada da primeira definição, por exemplo, os negros são diretamente definidos como menos asseados ou limpos e, assim, de modo implícito, como sujos ou impuros. A mesma reflexão se faz presente quando se compara a dança dos negros do Congo com outro batuque, mais civilizado, deixando implícito que uma dança em que só participam negros é incivilizada ou primitiva. Com isso, tem-se mais um direcionamento

⁵ crioulo *sm.*, 1º escravo negro nascido no Brasil; filho de pai e mãe negros. Maregr. || 2º por ext., negro ainda que livre, nascido no Brasil. || 3º escravo negro nascido em casa do seu senhor, cria da casa. || 4º escravo negro de mais de sete anos, que não mais se chama de *cria*. || 5º animal que nasce no Brasil. || 6º animal que nasce na fazenda do seu dono, *cria* do campo. || 7º europeu de origem, nascido na América”. Salvá. “Homem branco, mulher branca, originários das colônias”. Littré. || ETIM. S. *cri(a)* + suf. *aum.* *oulo* masc. do port. *oila* = bras. *oula* um tanto mais, ainda não muito. Cp. *moçoila*, *caçoila*, *façoila*. Pode o suf. *oulo* ser, por analogia, o masc. imaginado do suf. pej. óla de *rapasola*, *farsola* etc., esp. *criollo*; ital. *creolo*; fr. *créole*; port. hod. de Lisboa *creolo*. Pal. caraíba dizem outros; e a Acad. esp. tem por invenção dos conquistadores das Índias Ocidentais. || “Ângelo estava em férias de estudos e de amor: no mesmo dia do seu exame, casara-se-lhe a última namorada, a rapariga feia, mas lasciva, que um conhecido retratara com duas palavras – uma crioula branca”. Lúcio, *Esb.* 246. “Rio abaixo, rio acima, Perdi o meu anel de ouro. Quem o achar, me dê, Que é prenda duma crioula”. SR. II, 38. (MACEDO SOARES, 1888, p. 148).

⁶ mulato *sm.* e *adj.*, 1º mestiço de branco e negro. || 2º trigueiro, moreno. || ETIM.: ? s. *mul(o)* mestiço de cavalo com bêsta, ou de burro com égua; mestiço de jumento com égua + suf. *ato?* do lat. *maurus*, **mauratus*, **moratus*; *morus* ap. Virgílio; bd. lat. *maurellus* subfusco; *moratus* fusco; ital. *morato*; esp. *mulato*; fr. *mulâtre*. Littré dá a 1ª etim.: a 2ª, porém, parece mais natural. Cp. *moreno*. || HIST.: em tempo de Sá de Miranda, sin. de *mulo*. “Que possa livre quem queira Cantando ir de noite à feira. Ou domingo no mulato”, Sat. 3, nt. 60. || Vj. Euclides, *Os Sertões*, 91, 92 (MACEDO SOARES, 1888, p. 46).

argumentativo sobre os sujeitos negros em que os sentidos são construídos a partir do não-dito.

Conforme exposto, nos recortes do verbete selecionados para esta análise, ao se desconsiderar a participação do negro na identidade nacional, a cultura e a língua africanas significam como aquilo que é do outro, e com isso o lexicógrafo significa a divisão entre a identidade negra e a identidade brasileira, tal qual a divisão existente na sociedade. Especificamente em relação à língua portuguesa, Guimarães (2003) elucida essa divisão ao dizer que as línguas funcionam sempre em relação umas com as outras, e o espaço de enunciação⁷ é o modo de sua distribuição para os falantes. Essa distribuição, por sua vez, é política, e como tal, é desigual e decisiva para o funcionamento das línguas em relação. Dessa forma, cabe refletir a respeito dos questionamentos de Mariani (1996):

(...) dado que nenhuma formação social é homogênea e, dado que dos sentidos postos em circulação, um sempre é hegemônico, predominante, podemos perguntar pelo que não está sendo dito: qual a natureza deste outro Brasil que não está sendo descrito? Ou seja, que Brasil é este que não está sendo dito, para o qual não se apresentam enunciados para descrever? Que Brasil é este que estaria sendo esquecido? (MARIANI, 1996, p. 97).

Ao retomar a questão do não-dito, uma resposta possível é a de que o Brasil que não está sendo falado é o miscigenado enquanto constituído pela presença do africano, um povo escravizado por mais de três séculos. Diante disso, negar a influência da cultura e das línguas africanas na constituição da identidade brasileira é interditar o sujeito afro-brasileiro a ocupar o lugar de cidadão pleno e igual na sociedade, deixando-o, por conseguinte, em uma posição exterior à identidade nacional, sendo preciso refazer sua identidade e, de acordo com Vogt (1996, p.42), "fazê-lo entrar novamente no país através da eleição e da dignidade de suas origens". Ao contrário disso, o estigma da escravidão deixou o negro à margem da sociedade, e os efeitos dessa barbárie são ainda fortemente sentidos em nossa sociedade.

⁷ De acordo com Guimarães (2002, p. 18), "os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais".

Considerações finais

Na ideia linguística investigada neste artigo – o verbete ‘batuque’ de um dicionário que se significa como brasileiro, em um momento de construção da identidade nacional em oposição à identidade lusitana, é visível que o elemento africano aparece significado como subordinado ao elemento lusitano, e é apenas deste modo que ele pode ser considerado parte da língua e da cultura nacional. Percebe-se assim uma forte resistência em considerar o aspecto africano na identidade linguística e cultural do Brasil neste dicionário publicado em fins do século XIX, fato que, ironicamente, coincide com a necessidade de se evidenciar o que era constitutivo das diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal.

A construção das certezas sobre a identidade brasileira se constrói em duas orientações argumentativas: a primeira cria uma divisão entre brasileiros e africanos, ao evidenciar que os brasileiros somos nós, descendentes de europeus, enquanto os africanos são os outros. A segunda significa esses outros sujeitos como não civilizados que, além de ainda realizarem seus costumes e crenças ancestrais, apresentam modos lascivos e impudicos, que os diferem e desqualificam em relação ao homem branco, civilizado e cristão. Nesses termos, a constituição da identidade nacional aparece intimamente relacionada com a questão de civilização e modernidade, e o negro significa uma cultura primitiva, imoral e obscena e, como tal, é excluído dessa identidade. O discurso do colonizador, atravessado pelo discurso religioso com o qual ele se identifica, sustenta o lugar de dizer de Macedo Soares no verbete de seu dicionário “brasileiro”.

Observa-se, assim, um dicionário publicado no ano da abolição da escravatura que apresenta um discurso cujos efeitos de sentidos se sustentam nas relações políticas de uma sociedade escravocrata na qual, de acordo com Guimarães (1996a), havia homens livres, uma das condições principais para ser considerado cidadão, e não livres (escravos), logo, não cidadãos brasileiros. Com isso, os sentidos de identidade nacional no verbete produzem uma interdição, pela ideia linguística construída, ao lugar pleno de cidadão para o sujeito negro brasileiro, que é historicamente reproduzida e reduz os negros, suas línguas e cultura à inferioridade e à alteridade em relação ao que é próprio do nacional.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DINIZ, L. R. A. O conceito de “política linguística”: reflexões a partir do diálogo entre a História das Ideias Linguísticas, a Análise do Discurso e a Semântica do Acontecimento. In: **Linguagem e Historicidade**. Greciely Costa; Débora Massmann (Orgs.). Campinas: Editora RG, 2013, p. 43-58.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. **Cidadania: História e Política de uma palavra**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- _____. Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos. In: **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. Coautoria de José Horta Nunes, Margarida Petter. São Paulo, SP: Humanitas: Pontes, 2002, p. 83-98.
- _____. Jabulani: rainha da Copa. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 30, 2012, p. 59-70.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras**, Universidade Federal de Santa Maria, n. 27, p.47-53, dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>>. Acesso em: 21 dez 2019.
- _____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil. In: **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi (Coorg.). Campinas, SP: Pontes, 1996a, p. 39-46.
- _____. Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi (Coorg.). Campinas, SP: Pontes, 1996b, p. 127-138.
- _____. ORLANDI, E. P. Apresentação - Identidade linguística. In: **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi (Coorg.). Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 9-15.
- HORTA NUNES, J. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In: **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi (Coorg.). Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 19-30.
- _____. **Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX**. São Paulo, SP: Pontes, 2006.
- MACEDO SOARES. A. J. de; MACEDO SOARES, J. R. de, (Coaut.). **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro, 1888.

MARIANI, B. S. C. As academias do século XVIII – um certo discurso sobre a história e sobre a língua do Brasil. In: **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi (Coorg.). Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 95-100.

_____. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. Florianópolis: **Fórum Lingüístico**, n.1, jul-dez 1998, p. 73-81.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

VOGT, C. **Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. Coautoria de Peter Fry. São Paulo, SP: Editora da UNICAMP: Companhia das Letras, 1996.

WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1990.

Submetido em: 16/02/2020.

Aprovado em: 16/06/2020.

Como referenciar este artigo:

ALVES, Amanda. A construção de certezas sobre a língua nacional em um dicionário brasileiro do final do século XIX. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.34, Número Temático, 2020. p. 125-137.